

Dívida Pública

CONTAS PÚBLICAS

Intenção do governo de reajustar salário de servidores pela variação do IPCA, com ganho real de 1% a 2%, engessa despesas, não garante mais investimentos e lembra o passado inflacionário do país

Risco de volta à indexação

EDNA SIMÃO
LUÍS OSVALDO GROSSMANN
DA EQUIPE DO CORREIO

A idéia da equipe econômica de mudar a forma de correção dos gastos com funcionalismo, saúde e Previdência Social limita o aumento das despesas, porém, não amplia a capacidade de investimento. Os ministérios da Fazenda e do Planejamento estudam a possibilidade de utilizar como parâmetro para correção dos salários dos servidores públicos o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — inflação oficial calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Não tem sentido a mudança. Instrumentos como esse deixariam o sistema muito rígido e não resolveriam nada”, avalia o professor da UFRJ e especialista em dívida pública, Reinaldo Gonçalves. Segundo ele, a alteração pode trazer uma redução dos gastos em relação à evolução do Produto Interno Bruto (PIB), mas não garante espaço para investimentos. Isso pode ocorrer somente se no orçamento público estiver projetado de reajuste maior do que o efetivamente dado.

Para a economista-chefe do BES Investimentos, Sandra Utsumi, a questão é complexa porque seria um retorno à indexação, eliminada do país com o Plano Real justamente pelo potencial inflacionário. “A idéia do governo indexaria o salário à inflação, enquanto o correto seria ter uma regra para reajuste salarial do funcionalismo público que levasse em conta a produtividade”, afirmou a economista.

Utsumi concorda que a medida não se traduz em maior espaço para gastos que poderiam se refletir na economia. Ou seja, trata-se de uma fórmula que apenas engessa as despesas do governo. “Novos investimentos serão possíveis apenas com a redução dos gastos. Você estará limitando apenas o aumento dos gastos”, explica. Para a economista-chefe do BES Investimentos, a solução apontada pela equipe econômica também pode funcionar como

“
**O CORRETO SERIA
TER UMA REGRA
PARA O REAJUSTE
SALARIAL DO
FUNCIONALISMO
QUE LEVASSE
EM CONTA A
PRODUTIVIDADE**”

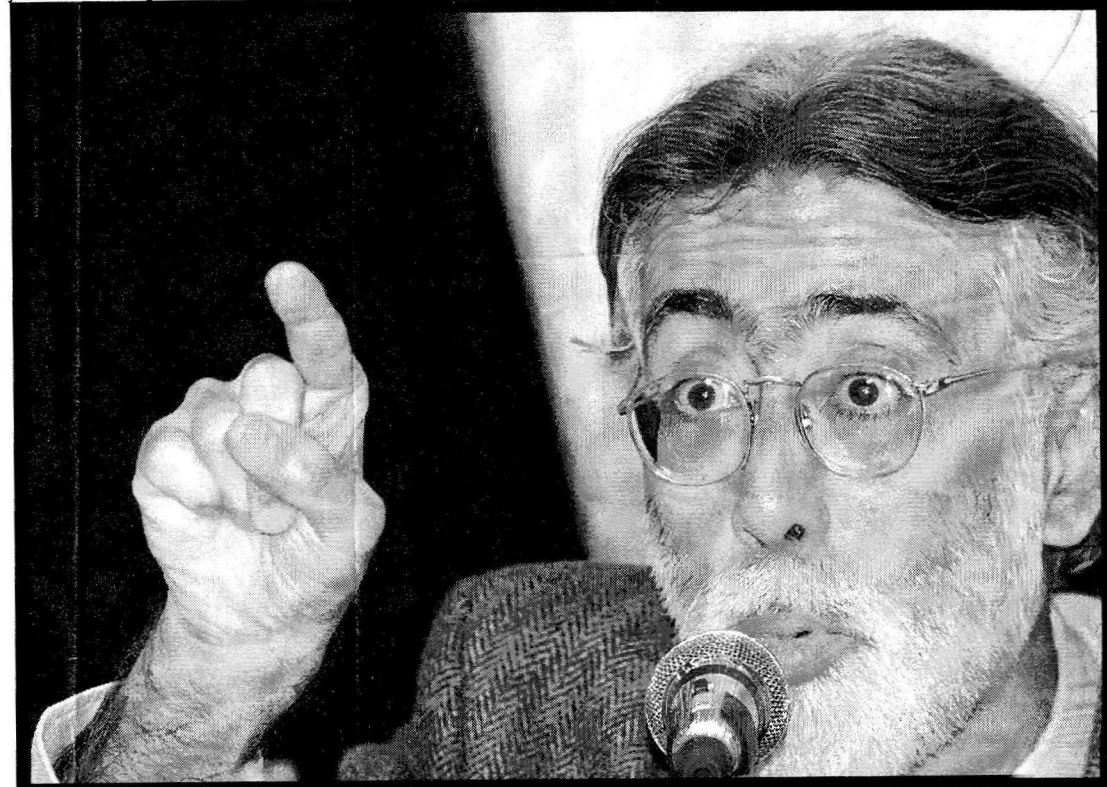
Sandra Utsumi,
economista-chefe do BES
Investimentos

uma forma de evitar que os funcionários públicos reivindiquem reajustes salariais muito acima da inflação. A fórmula preveria aumento real de 1% a 2%. Ela também lembra que se trata de uma conta apenas para aumentos, uma vez que, se houver defla-

ção (queda de preços), a legislação trabalhista não permite a redução salarial. “O governo tem que reavaliar a questão do funcionalismo”, diz Sandra Utsumi, insistindo que a ótica da correção de salários deveria estar ligada à eficiência. Na prática, 2007 começa com aumentos já concedidos. Os servidores aproveitaram o ano eleitoral e receberam do governo Lula reajustes que, apenas na folha de pagamento dos funcionários do executivo saíram 15% mais cara em 2007. A União terá que desembolsar R\$ 12,5 bilhões a mais que em 2006 para arcar com os benefícios concedidos por meio de nove Medidas Provisórias. Os gastos em 2007, só no Executivo, estão previstos em R\$ 95 bilhões — 74% do total gasto pela União com a folha de pagamentos, incluído ainda Legislativo, Judiciário, Ministério Público e as transferências para territórios e Distrito Federal.

O funcionalismo quer mais. Amanhã, os servidores ligados à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) se reúnem em Curitiba (PR) para discutir as reivindicações que deverão levar ao governo nos próximos quatro anos. E a principal luta será pelo estabelecimento de uma política salarial para o setor. Os trabalhadores querem diretrizes de um plano de carreira, paridade entre ativos e aposentados, combate às terceirizações e a realização de concursos públicos. Ameaçam fazer greves mais fortes que as dos anos anteriores caso não sejam tratados como prioridade pelo governo. O objetivo é apresentar um documento no início de janeiro.

Juca Varella/Folha Imagem - 18/10/99



GONÇALVES, DA UFRJ: “INSTRUMENTOS COMO ESTE DEIXARIAM O SISTEMA RÍGIDO E NÃO RESOLVERIAM NADA”